

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.533 - RS (2019/0271115-9)

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : SANDRA RUBIN FACCO
RECORRIDO : PAULO FUCHINA FACCO
ADVOGADOS : TALES ANDRE FERRI - RS078334
JOSIANE RUBIN FACCO - RS084866

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a Fazenda Nacional ajuizou ação de execução fiscal objetivando a cobrança de dívida oriunda de crédito rural, a qual restou quitada pelo contribuinte.

Após sentença que julgou extinto o feito executivo, ante a quitação da obrigação pelo executado, foi interposta apelação pela Fazenda Nacional, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, restando consignado o entendimento de que é indevido o arbitramento de honorários sucumbenciais em desfavor do contribuinte, mesmo diante da ausência de cobrança do encargo legal previsto no Decreto-Lei n. 1.025/1969. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. INTEGRAÇÃO DO ACÓRDÃO.

1. Omissão do acórdão suprida para o fim de esclarecer que se a própria Lei nº 11.775/08, no art. 8º, § 10, previu a exclusão do encargo de 20% do débito consolidado, como medida de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União, descabe condenar o executado em honorários advocatícios.

2. Embargos de declaração acolhidos para suprir a omissão apontada, sem a concessão, todavia, de efeitos infringentes.

A questão debatida no presente recurso especial gravita em torno da possibilidade de fixação de honorários advocatícios em favor da Fazenda Nacional que, nos termos do art. 85 do CPC/2015, seriam fixados em aproximadamente R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Conforme observa-se, os embargos de declaração interpostos pela Fazenda Nacional foram providos apenas para sanar a omissão relacionada ao dispositivo legal que fundamentou a mencionada exclusão de condenação honorária.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, a FAZENDA NACIONAL interpôs o presente recurso especial, apontando

Superior Tribunal de Justiça

violação aos arts. 8º, § 10, da Lei n. 11.775/2008 e 85 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, é devido o arbitramento de honorários sucumbenciais em desfavor do executado, tendo em vista que a Lei n. 11.775/2008 vedou a incidência do encargo legal, previsto no Decreto n. 1.025/1969, nos débitos relativos a crédito rural.

É o relatório. Decido.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que no contexto da Lei n. 11.775/2008, que expressamente vedou a cobrança do encargo legal previsto no Decreto-Lei n. 1.025/1969, é indevido o arbitramento de honorários sucumbenciais em desfavor do contribuinte nas execuções fiscais relativas a crédito rural.

Confirmam-se os precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. EXTINÇÃO DO FEITO POR PAGAMENTO. EXCLUSÃO DO ENCARGO LEGAL DO DECRETO-LEI 1.025/69. ART. 8º, § 10, DA LEI 11.775/2008. DISPENSA DO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, a agravante ajuizou Execução Fiscal, buscando o pagamento de valores oriundos de cédulas de crédito rural. Noticiado o pagamento integral do débito, a sentença julgou extinto o feito, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015, deixando de condenar o executado em honorários advocatícios. Interposta Apelação, pela ora agravante, fora ela improvida, pelo Tribunal de origem, ao fundamento de que "a conclusão lógica do § 10º do artigo 8º da Lei nº 11.775/08, portanto, é de que a exclusão do encargo legal, inserida no programa de estímulo à liquidação ou renegociação das dívidas originárias de operações de crédito rural, também exime o executado do pagamento de honorários advocatícios, afastando a aplicação da regra geral contida no artigo 85 do CPC".

III. Apreciando caso idêntico ao dos autos, a Segunda Turma do STJ firmou entendimento no sentido de que, "comprovado que a liquidação ou regularização dos débitos se deu estritamente nos termos da Lei 11.775/2008, não há como restabelecer, por via transversa, a cobrança de honorários advocatícios" (STJ, REsp 1.763.306/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2019). Nesse sentido: STJ, REsp 1.767.601/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2019.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1781407/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 17/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. DÉBITO QUITADO INTEGRALMENTE. EXTINÇÃO POR PAGAMENTO. EXCLUSÃO DO ENCARGO LEGAL

Superior Tribunal de Justiça

DO DECRETO-LEI 1.025/1969. ART. 8º, § 10, DA LEI 11.775/2008.

1. O juízo de primeiro grau extinguiu a Execução Fiscal (art. 924, II, CPC/2015) em razão do pagamento realizado pelo devedor e afastou a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios, por entender que o art. 8º, § 10, da Lei 11.775/2008 denota a intenção do legislador de conceder ao contribuinte a dispensa de arcar com o referido ônus processual.

2. A sentença foi mantida pelo acórdão recorrido: "(...) Estabelece o artigo 8º, § 10, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que 'às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores'. O mencionado dispositivo desautoriza a cobrança do encargo legal do Decreto-Lei n.º 1.025/69 como medida de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União ou que venham a ser incluídas até 31 de outubro de 2010. Desse modo, como a lei previu a exclusão do encargo de 20% do débito, incabível a condenação em honorários advocatícios" (fls. 388-390, e-STJ).

3. O Tribunal de origem concluiu, portanto, que a dispensa do pagamento do encargo legal do Decreto-Lei 1.025/1969 consiste em benefício instituído pela Lei 11.775/2008, devendo ser prestigiado o fim social por ela almejado, isto é, o estímulo à liquidação ou regularização dos débitos oriundos de operações de crédito rural.

4. É forçoso reconhecer que, comprovado que a liquidação ou regularização dos débitos se deu estritamente nos termos da Lei 11.775/2008, não há como restabelecer, por via transversa, a cobrança de honorários advocatícios.

5. No caso de não haver liquidação ou regularização do débito (ou, ainda, em caso de descumprimento das condições estabelecidas para a sua liquidação ou regularização), perde sentido a concessão do benefício, pois a finalidade prevista pela norma deixou de ser atendida. Nessa hipótese, tem-se que a verba honorária passa a ser devida à luz das regras do CPC.

6. In casu, o débito foi integralmente quitado pela parte executada, devendo ser afastada a incidência do encargo legal do Decreto-Lei 1.025/1969, nos termos do art. 8º, § 10, da Lei 11.775/2008.

7. Recurso Especial não provido.

(REsp 1799810/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 31/05/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator